



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
27.08.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- 📍 [CONSÓRCIOS E OS IMPACTOS EM GOIÁS – O Popular](#)
- 📍 [EM CHAMAS – O Popular](#)
- 📍 [ALEXANDRE DE MORAES INSISTE NA ANOMALIA – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [DILEMAS DE JUIZ – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [JÁ PRECISAMOS FAZER UMA NOVA REFORMA DA PREVIDÊNCIA? – olha de São Paulo](#)
- 📍 [PABLO MARÇAL É A NOVA DIREITA – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [LULA RECEBE LÍDERES PARA TRATAR DE EMENDAS E DIZ NÃO TER CANDIDATOS À SUCESSÃO NA CÂMARA – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [EMENDAS PARLAMENTARES PARA QUEM? – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [ENTRELINHAS DO CONFILO JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO PELAS EMENDAS PIX – O Hoje](#)
- 📍 [STF: AUDIÊNCIA INICIAL PARA PEDIR PENSÃO ALIMENTÍCIA DISPENSA PRESENÇA DE ADVOGADO – O Hoje](#)
- 📍 [PABLO MARÇAL SOBRE LULA: "QUERO QUE ELE FAÇA UM BOM GOVERNO" – Correio Braziliense](#)
- 📍 [GREVE DOS SERVIDORES DO TESOUREO NACIONAL PODE ATRASAR ORÇAMENTO DE 2025 – Correio Braziliense](#)
- 📍 [OS NOVOS DEMOCRATAS – Correio Braziliense](#)
- 📍 [CASOS DE ASSÉDIO ELEITORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO DEVEM DISPARAR NESTE ANO – Valor Econômico](#)
- 📍 [TRIBUNAIS CONDENAM EMPREGADORES A PAGAREM INDENIZAÇÕES – Valor Econômico](#)
- 📍 [STF PARALISA ANÁLISE SOBRE BENEFÍCIO DO INSS E ITCMD – Valor Econômico](#)
- 📍 [O PODER FEMININO NA ADVOCACIA BRASILEIRA – Valor Econômico](#)
- 📍 [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 27.08.2024 – PÁG. 03

Consórcios e os impactos em Goiás

Barbara Cocri do Nascimento

O sistema de consórcios é um setor que vem batendo recordes de crescimento. Só no ano passado, o segmento apresentou seu melhor desempenho em mais de 60 anos, liberando R\$ 316 bilhões através deste mercado. Segundo dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac), há 10,2 milhões de participantes ativos neste mercado, atingindo também uma alta de 6,4% no número de consorciados.



Goiás também apresentou um crescimento significativo, refletindo a tendência de expansão e adaptação às necessidades econômicas da região. No estado, foi possível observar um aumento de 14% no total de participantes nesta modalidade de investimento. Essa alta pode ser atribuída à economia goiana, que foi a segunda que mais cresceu no país nos últimos 12 meses, com crescimento acumulado de 5,8% até o mês de maio, de acordo com o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR), considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB).

Uma análise detalhada revela que, com a maior estabilidade econômica da região, a maior participação dos consorciados em Goiás se deu no setor imobiliário, com um crescimento de 34,7% do total e uma alta de 47% em cotas vendidas em comparação com o ano anterior da pesquisa. Baseado nestes dados, compreendemos que com a alta dos juros, a valorização dos imóveis e a demanda constante por novas habitações, os consórcios têm se tornado uma opção para aqueles que desejam adquirir um imóvel ao mesmo tempo que driblam as taxas elevadas dos financiamentos tradicionais.

Agora, com relação aos investimentos realizados para o mercado de trabalho e produção, o agronegócio e a indústria continuam a ser a espinha dorsal da economia goiana, com a produção de grãos, carnes e outros produtos agropecuários alcançando novos recordes. Neste ano, de acordo com dados do governo goiano, o setor da indústria teve um destaque positivo no acumulado de janeiro a maio, com a produção de biocombustíveis registrando alta de 17% em 2024, o melhor crescimento acumulado para um primeiro quadrimestre nos últimos nove anos.

Acompanhando o crescimento deste mercado, que exige grandes maquinários, os veículos pesados, que contam com caminhões, tratores, implementos rodoviários e agrícolas, também mostraram um crescimento expressivo, com 24,6% da participação dos consorciados goianos. Em particular, este segmento contou com uma contemplação de 14,5%, ressaltando a confiança das pessoas no sistema de investimento para atender suas necessidades, permitindo que mais pessoas adquiram veículos pesados, que tradicionalmente dependem de um grande investimento, de maneira estruturada e econômica.

Por fim, conseguimos estabelecer como os consórcios, com suas vantagens de ausência de juros e planejamento financeiro, continuam a se consolidar como uma alternativa atraente para diversos perfis de consumidores, sejam eles pessoas que buscam imóveis ou veículos especiais. Em Goiás, essa modalidade de crédito se fortalece cada vez mais, adaptando-se às necessidades do mercado e contribuindo significativamente para o crescimento econômico da região.

JORNAL – O POPULAR – 27.08.2024 – PÁG. 07

Em chamadas

Eliane Cantanhêde



O presidente da Câmara, Arthur Lira, já nem disfarça mais sua guerra contra não apenas o Judiciário, que deflagrou o debate sobre mudanças nas emendas parlamentares, mas também contra o Executivo, o principal interessado nessas mudanças - aliás, com boas razões. Além de pôr em pauta propostas contra a autonomia do Supremo, ele agora é suspeito de tentar sabotar a agenda econômica do governo. Num golpe duplo nesta segunda-feira, Lira suspendeu as sessões presenciais na Câmara, em plena semana de esforço concentrado, e o deputado bolsonarista Luiz Philippe de Orleans e Bragança

apresentava na CCJ seu parecer favorável à proposta que confere autopoderes ao Congresso para derrubar decisões do Supremo.

Os líderes começaram a chegar a Brasília no domingo, já que se trata (ou se tratava) da segunda das três semanas de esforço concentrado do Congresso até as eleições de outubro. Mas o tempo corre e as regulamentações da reforma tributária não andam, só os projetos de vingança contra o Judiciário e o Executivo. O pretexto oficial da presidência da Câmara para sessões virtuais é o de que alguns aeroportos foram afetados pela fumaça das queimadas - vale dizer, criminosas. Mas isso não convenceu quem está no meio da guerra entre Poderes nem quem conhece a personalidade do presidente da Câmara.

Convenceu menos ainda quando, ato contínuo, veio o parecer do deputado príncipe, parecer favorável à PEC que delega ao Congresso a palavra final sobre julgamentos do Supremo. A dinâmica é evidente. O ministro Flávio Dino cobrou várias mudanças nas emendas Pix, o procurador-geral, Paulo Gonet, questionou a constitucionalidade das emendas, Dino avançou sobre as emendas impositivas e, num piscar de olhos, os outros dez ministros do Supremo respaldaram por unanimidade sua decisão. Lira ficou uma fera.

Primeiro, despachou as propostas contra o Supremo para a CCJ bolsonarista, depois caprichou na escolha dos relatores, todos do PL, e, agora, os pareceres vão confirmando as expectativas de que serão contra o Judiciário. Enquanto isso, Lira suspende as sessões presenciais, deixando o governo a ver navios, ou a cuidar das queimadas. Lula convocou reunião de líderes para a mesma segunda-feira, no fim da tarde, para discutir uma série de questões, inclusive a pauta do governo no Congresso. Com o plenário da Câmara vazio e os deputados cuidando das campanhas? Detalhe: Lira não foi convidado para essa reunião. Assim, a guerra

atrapalha os trabalhos do Congresso e a pauta do governo não anda... O que o Brasil lucra com isso? Você responde.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 27.08.2024 – PÁG. A2

Alexandre de Moraes insiste na anomalia

Ministro abre novo inquérito em que atua como interessado, delegado e juiz; prática afronta o devido processo legal

Vai-se mais de ano e meio do pleito de 2022 e da saída do presidente que desafiava instituições. Para o ministro Alexandre de Moraes e colegas do Supremo Tribunal Federal, no entanto, é como se o período anterior ainda vigorasse, a menos como pretexto para manter-se a concentração anômala de poder no magistrado e na corte.

Essa má impressão ficou reforçada pela abertura de um novo inquérito por Moraes —de ofício, isto é, sem ter sido provocado pelo Ministério Público, como reza o protocolo civilizatório e a Carta— em que ele figura como interessado, delegado, promotor e juiz.



Trata-se de uma resposta do ministro do STF à publicação, por esta Folha, de diálogos envolvendo assessores de seus gabinetes no Supremo e no Tribunal Superior Eleitoral indicando que, no mínimo, havia pouquíssima formalidade ao lidar com alvos de investigação que seriam sancionados por Moraes com medidas de força. Na justificativa para a abertura do inquérito fica patente a dificuldade do ministro de entender que os tempos mudaram, que a eleição e as ameaças institucionais já acabaram e que o candidato vencedor, de oposição, exerce a pleno o seu mandato no Palácio do Planalto.

A suspeita, sustentada pelo ministro em seu ofício, é a de que o vazamento dessas conversas seria fruto da atuação de uma "organização criminoso" que atenta contra "a democracia e o Estado de Direito, especificamente contra o Poder Judiciário e em especial contra o Supremo Tribunal Federal, pleiteando a cassação de seus membros e o próprio fechamento da corte, com o retorno da ditadura". A imaginação do ministro Moraes parece ignorar hipóteses mais realistas, como a de que a revelação pela imprensa profissional de conversas de notório interesse público faz parte da rotina de uma democracia vibrante.

Esse caso lançou luz sobre um integrante da mais alta corte, mas já houve diversos outros que miraram a atuação de autoridades nos mais diversos níveis da República. O que se desvia do normal é o juiz cujas atividades poderão ser questionadas a partir dos fatos levantados nas reportagens avocar para si o poder de investigar diretamente o caso. Não há isenção possível nesse cruzamento de interesses.

O exercício da autocrítica, diante dos diálogos revelados, deveria levar o ministro Alexandre de Moraes e seus colegas a darem cabo desses inquéritos anômalos, que se estendem muito além do que seria justificável

para uma situação excepcional, que não subsiste. É uma pena que a resposta, embalada em espírito de corpo e paranoia persecutória, tenha vindo no sentido contrário, de reforçar condutas estranhas ao império da lei.

Dilemas de juiz

Candidatura de Pablo Marçal oferece amplo cardápio de irregularidades para eventual ação da Justiça Eleitoral

Hélio Schwartsman



É difícil a vida dos juízes eleitorais. Não faltam irregularidades na candidatura de Pablo Marçal (PRTB) à prefeitura paulistana. Elas começam antes mesmo da convenção partidária que lhe deu legenda. Há uma disputa em torno do controle do PRTB. Alas do partido contestam a legitimidade do atual presidente da sigla e, por conseguinte, de suas decisões, o que poderia ter impacto sobre a candidatura de Marçal. O caso está no TSE.

Mais concretos são os problemas na convenção propriamente dita. A maioria dos membros da comissão que chancelou o nome de Marçal não tinha ao menos seis meses de filiação ao partido, o que é uma violação aos estatutos da legenda. Provar isso não exige mais do que as fichas de filiação e um calendário. Um homem com cabelo escuro e bem cortado está falando em um microfone. Ele usa um paletó azul e parece estar em um ambiente iluminado com luzes azuis. Ao fundo, há uma parede com listras e um sinal de parada.

Subindo na escala de gravidade, há fortes indícios de que Marçal ofereceu dinheiro a simpatizantes que trabalhassem para a candidatura editando filmes para as redes sociais, o que configura abuso de poder econômico. Como deve o juiz eleitoral proceder diante disso e de outras suspeitas que pesam sobre Marçal? Sou da opinião de que, se a Justiça vai intervir, é sempre preferível impugnar um postulante a cassar um candidato eleito.

Também penso que é sempre melhor ir atrás das irregularidades mais graves. A legislação eleitoral brasileira e as resoluções do TSE que a complementam são tão detalhistas que é fatal que qualquer candidatura apresente algum problema. Mas, quando há um ilícito grave difícil de provar e um menos grave fácil, não acho que a Justiça deva se intimidar. Você não deixa um tipo perigoso como Al Capone solto só porque os promotores conseguiram montar apenas um caso de sonegação fiscal e não de homicídio.

Há, porém, um preço a pagar. Uma segunda decisão da Justiça Eleitoral contra um candidato da extrema direita (a primeira foi a inelegibilidade de Bolsonaro) aprofundaria ainda mais a polarização afetiva que já divide os brasileiros.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 27.08.2024 – PÁG. A3

Já precisamos fazer uma nova reforma da Previdência?

De imediato, urge melhorar o gasto previdenciário, caso do auxílio-doença

Leonardo Rolim

O gasto com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) aumentou de R\$ 797 bilhões, em 2022, para cerca de R\$ 899 bilhões em 2023 —o que representou uma alta de 8,3%, descontada a inflação medida pelo INPC. Todavia, parte significativa desse aumento de despesa se deveu ao pagamento de precatórios extraordinário no final de 2023.



Se compararmos apenas as despesas com pagamento administrativo de benefícios (sem considerar as despesas judiciais e compensações a estados e municípios) de janeiro a julho de 2024 com o mesmo período de 2023, verifica-se um incremento de gastos de R\$ 45,7 bilhões, com aumento real de 4,7%. Esse aumento é muito acima do limite de gasto do arcabouço (2,5% ao ano) e trata-se da maior despesa primária da União. Isso pode comprometer a nova regra fiscal ou representar a necessidade de forte compressão das demais despesas da União. Por isso, o tema tem chamado a atenção da equipe econômica do governo e dos principais economistas do mercado.

Parte substancial desse incremento de despesas se justifica pelo aumento real do salário mínimo, que afeta cerca de 42% da despesa do RGPS, e outra pelo crescimento natural das despesas previdenciárias em função do envelhecimento da população. Porém, grande parte do aumento dos gastos se deve a dois fatores: a alta desproporcional da concessão de benefícios por incapacidade temporária, o auxílio-doença, e a baixa efetividade das medidas de controle de fraudes.

O programa de enfrentamento à fila do INSS teve o mérito de reduzir o tempo de espera do segurado. Contudo, isso provavelmente aconteceu às custas de aumento gigantesco da concessão indevida de benefícios: a quantidade de benefícios de incapacidade temporária emitidos cresceu de cerca 970 mil, em setembro de 2023, para 1,7 milhão em junho de 2024. O aumento foi de 74,8%, algo nunca visto na Previdência. Isso se explica pelo enorme aumento no número de requerimentos desse benefício. A título de exemplo, em maio de 2024 houve cerca de 588 mil requerimentos de auxílio-doença, enquanto em junho de 2023 foram cerca de 345 mil —alta de 70%. O que ocorreu na saúde do trabalhador brasileiro nesse período para justificar tamanho incremento de requerimentos para esse benefício?

A concessão por atestado médico é salutar para trazer comodidade ao cidadão e para ampliar a capacidade e rapidez de atendimento da perícia, mas não é o instrumento mais adequado para a redução da fila. Em 2019 ocorreu esforço similar de redução da fila, quando caiu para cerca de 200 mil; ou seja, menor que está atualmente. Naquela época, a fila foi reduzida pagando bônus aos peritos, uma espécie de hora extra. Em vez

de ampliar o número de benefícios emitidos, foi reduzido. Estimo que o modelo atual de concessão levará a um gasto adicional de R\$ 13 bilhões por ano em vez de uma economia de R\$ 11 bilhões, conforme anunciado pelo governo quando implantou esse modelo. Para evitar as fraudes, sugiro que os atestados sejam enviados pelos médicos e hospitais diretamente no sistema do INSS; que o perito médico realize uma análise de mérito e não apenas de conformidade do atestado e, quando não se sentir seguro para conceder o benefício, seja agendada uma perícia remota ou mesmo presencial; e que as prorrogações de benefícios sempre sejam por meio de perícias.

Há um rol de outras medidas que podem ser tomadas para reduzir despesas indevidas na Previdência e em outros gastos sociais que poderiam, após serem totalmente implementadas, gerar economia de cerca de R\$ 35 bilhões por ano, conforme estudo que publiquei na página da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Estou otimista com a dedicação do governo em atacar esse problema. Entendo que apenas na próxima década precisaremos fazer uma nova reforma previdenciária, em função da aceleração da transição demográfica. Em outro artigo pretendo aprofundar-me mais no que considero que será necessário. Agora, o que precisamos é avançar na melhoria da qualidade do gasto previdenciário.

Pablo Marçal é a nova direita

O que está em jogo mexe com as placas tectônicas da política brasileira

Rubens Figueiredo



Tivemos dois grandes "outsiders" eleitos presidentes da República: Fernando Collor de Mello (1989) e Jair Bolsonaro (2018). Podemos entender um "outsider" como um candidato de um partido pequeno, com discurso forte e "antiestablishment". Em pouco tempo, se transformam em fenômenos. Collor foi prefeito de Maceió (1979-82), deputado federal (1982-86) e governador de Alagoas (1987-89). Seu pai, Arnon Afonso de Mello, foi deputado federal, governador de Alagoas e senador por três

mandatos consecutivos. Ao ser alçado à Presidência, Bolsonaro havia sido deputado federal sete vezes e um dos seus filhos, Flávio, acumulava quatro mandatos de deputado estadual pelo Rio de Janeiro.

Collor e Bolsonaro eram "outsiders fakes": seguiram o caminho da política para se posicionarem contra a política. Não eram estranhos no ninho. Já o tsunami Pablo Marçal, que disputa uma eleição para prefeito de São Paulo, é um corpo estranho ao mundo político-partidário. Nunca se elegeu a cargo algum. Sai do campo das novidades eleitorais para se inscrever na categoria das aberrações.

O empresário-coach domina com maestria o terreno das redes sociais. Sinceridade parece ser o seu forte. É um caleidoscópio temático: tecnologia, autocuidado, religião, teleférico, educação, crianças, família, empreendedorismo... Ataca os seus adversários com violência e palavras de efeito: "bananinha", "aspirador de pó", "Dapena", "para-choque de comunista". Exorcizou Guilherme Boulos com a carteira de trabalho.

Fala com desenvoltura atrocidades que inviabilizariam qualquer candidatura, vamos dizer, normal. Em um dos países mais desiguais do mundo, assume sem problemas que é rico e, paradoxalmente, ganha a simpatia dos pobres, pois Marçal diz que eles "podem chegar lá", qualquer um pode vencer. Aeronaves? Tem quatro. Carros importados? "Uns" 20. Imposto de Renda com mais de R\$ 200 milhões de patrimônio? "Isso é só na pessoa física, minhas empresas valem bilhões".

Outra característica de Marçal é a coragem. Avisa que não quer acabar com ele. Aí usa uma das suas frases favoritas: "Não vou arregar". Respondeu a Bolsonaro, de quem precisaria apoio, que não irá retroceder: "Me perdoe". Um voluntarismo algo messiânico dá as cartas quando insinua que recebeu um chamado para ajudar o povo. Autodefine-se como "o servo", poderia estar vivendo na Suíça e é o único candidato que tem algo a perder sendo prefeito.

Mas o que está em jogo é algo mais profundo, que mexe com as placas tectônicas da política brasileira: a possibilidade de a bandeira da direita estar mudando de mãos. A última pesquisa Datafolha já aponta empate técnico entre o número de eleitores de Marçal (21%) e de simpatizantes de Bolsonaro (20%). Pablo Marçal é entretenimento, transmite uma raiva suave. Tem vida própria. Origem humilde (filho de faxineira), empatia, espontaneidade, firmeza, assertividade, experiência de quem deu certo na vida, criatividade, família estruturada, juventude, bom humor, respostas na ponta da língua... Não são poucos seus atributos. E nunca, nunca um "outsider" raiz chegou tão longe em tão pouco tempo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 27.08.2024 – PÁG. A12

Lula recebe líderes para tratar de emendas e diz não ter candidatos à sucessão na Câmara

Reunião foi convocada antes do esvaziamento do Congresso devido à eleição; ministro diz esperar 'maturidade' sobre verbas parlamentares

César Feitoza / Renato Machado / Victoria Azevedo

O presidente Lula (PT) afirmou a líderes partidários da Câmara nesta segunda-feira (16) que o governo federal não tem um candidato à sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara e que, portanto, não irá se envolver na disputa. O petista se reuniu com líderes dos partidos da base na Câmara dos Deputados para conversar sobre emendas parlamentares e pautas econômicas.

De acordo com três participantes, Lula disse que mantém boa relação com Lira e que o alagoano tem direito de fazer o seu sucessor. Afirmou que o governo cometeu erros no passado ao se envolver com o tema, que isso não iria se repetir e que dialogará com qualquer deputado que for eleito para presidir a Câmara. "O presidente disse que todos os três candidatos têm apreço por parte do governo e que não iria opinar sobre um ou outro candidato", afirmou o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), após a reunião. Líder da Rede, o deputado Túlio Gadêlha (PE) afirmou ao final do encontro que Lula disse ter "muita segurança" sobre a





CLIPPING

DATA
27.08.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

decisão que a Câmara tomará no processo da sucessão de Lira e "muito respeito pelas candidaturas" que se colocaram. "E ele espera, com isso, que a gente construa uma disputa harmoniosa, que a gente consiga discutir os consensos e que a gente consiga não desarrumar essa base que ele construiu e tem dado resultados", disse.

Lira não pode se reeleger e tenta transferir capital político a um candidato a sua escolha. De acordo com aliados do presidente da Câmara, ele pretende anunciar o nome que terá seu apoio ainda neste mês. Há expectativa de que Lira e Lula se reúnam ainda nesta semana para tratar do tema. Hoje, são pré-candidatos os líderes do PSD, Antonio Brito (BA), da União Brasil, Elmar Nascimento (BA), e do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL), além do presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira (SP) —os três primeiros estiveram na reunião desta segunda. Hugo Motta (PB), do Republicanos, e Doutor Luizinho (RJ), do PP, também são lembrados na disputa e estiveram na reunião.

De acordo com dois deputados que estavam no encontro, Elmar agradeceu a fala de Lula sobre o governo não se envolver na eleição da Mesa Diretora, citando eventual veto do petista a algum candidato. Segundo relatos de parlamentares que acompanharam a reunião, Lula também afirmou que o governo não terá candidato na disputa pela sucessão de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ao Senado. Na abertura do encontro, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse esperar contar com a "maturidade" dos líderes do Congresso Nacional para construir uma solução para a questão das emendas parlamentares. O responsável pela articulação política afirmou que o governo quer chegar a uma "boa saída" nos próximos dias para não atrapalhar a tramitação da LOA (Lei Orçamentária Anual) —que precisa ser encaminhada ao Congresso até 31 de agosto.

"Acreditamos muito que [com] a maturidade desses líderes da Câmara, do Senado, os dois presidentes [das Casas], com a orientação que o senhor deu para nós, ministros do Executivo, vamos construir uma boa saída para esse tema que está em debate junto ao Supremo Tribunal Federal", afirmou Padilha, citando o objetivo de uma "solução negociada", valorizando o papel dos parlamentares. Ao final da reunião o ministro disse que o governo está elaborando uma portaria interministerial, da Secretaria de Relações Institucionais, Casa Civil, Planejamento e CGU (Controladoria-Geral da União), para identificar obras e serviços que estão em andamento com recursos das emendas e evitar que eles sejam paralisados.

"Para caracterizar já de imediato obras já em execução, serviços em execução, para que se possa liberar o mais rápido possível aquelas emendas impositivas, individuais e de bancada, e que a decisão do STF já autoriza a continuidade do pagamento e empenho daquelas emendas", afirmou o ministro. "Nosso foco é não paralisar obras e serviços e não deixar que compromissos que já existem com estados e municípios sejam descumpridos." Segundo Padilha, Lula reforçou na reunião que a orientação dele é que Congresso, Executivo e Judiciário construam uma solução acordada que "reconheça o papel dos parlamentares" e "outros preceitos constitucionais". "Seja da transparência, da eficiência, da adequação à situação fiscal do país. São balizas fundamentais."

O objetivo do encontro no Palácio do Planalto, segundo seis pessoas ouvidas pela Folha, era alinhar expectativas e permitir que os partidos apresentassem suas visões sobre fatos recentes da política. O principal foco estava no acordo fechado entre os Três Poderes para criar novas regras às emendas parlamentares. Apesar de Lira ter participado do encontro no STF, integrantes do centrão avaliam que as medidas representam retrocesso. Os líderes chegaram ao Palácio do Planalto no fim da tarde, enquanto Lula



CLIPPING

DATA

27.08.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

ainda recebia em evento atletas que representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos de Paris. Além de José Guimarães, Antonio Brito, Elmar Nascimento, Hugo Motta, Doutor Luizinho e Isnaldo Bulhões Jr., também participaram da reunião os seguintes líderes partidários: Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), Odair Cunha (PT-MG), Romero Rodrigues (Podemos-PB), Márcio Jerry (PC do B-MA), Luis Tibé (Avante-MG), Gervásio Maia (PSB-PB), Túlio Gadelha (Rede-PE) e Luciano Amaral (PV-AL).

Também estiveram presentes o líder da maioria na Câmara, André Figueiredo (PDT-CE), e o líder da bancada negra, Damião Feliciano (União Brasil-PB), além dos deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder da maioria no Congresso, Laura Cardoso (PSD-RJ) e Célia Xakriabá (PSOL-MG). A equipe da articulação política do Planalto pretendia pedir apoio da base em votações de propostas econômicas nas próximas semanas, como um projeto que regulamenta a reforma tributária. O Congresso se prepara para votar algumas propostas nas próximas duas semanas. Depois, Brasília ficará esvaziada para que congressistas se concentrem nas campanhas de seus aliados nas eleições municipais de outubro. O convite para a reunião foi enviado pelo líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães, para todas as lideranças de partidos da base do governo.

As cúpulas do Congresso e do governo Lula precisam fechar um acordo nesta semana para apresentar ao Supremo nova regulamentação das emendas parlamentares. O prazo de dez dias foi estipulado pelos Três Poderes em reunião no último dia 20 de agosto, na sede do Supremo. As novas regras devem tratar sobre transparência e definir novos parâmetros para o reajuste do valor das emendas a cada ano. Uma das exigências do STF é que o Congresso divulgue qual parlamentar foi o autor original das emendas de comissão —valor bilionário em poder das comissões temáticas da Câmara e do Senado para envio a estados e municípios. As emendas de comissão têm como autores, oficialmente, os presidentes das comissões temáticas do Congresso. Os colegiados costumam aprovar o envio do dinheiro de forma genérica no ano anterior, destinando grandes valores para ações como "fortalecimento do SUS".

Durante o ano da execução das emendas, o presidente da comissão envia documentos ao governo solicitando a liberação gradual dos recursos para ações específicas, como melhorias na infraestrutura de determinado hospital. O envio do dinheiro nessa segunda etapa da emenda atende a pedidos específicos de algum parlamentar, mas o nome de quem patrocinou aquela emenda não é divulgado. Na avaliação do STF, a falta de transparência das emendas de comissão repete o problema das emendas de relator, derrubadas no fim de 2022 pelo Supremo. Apesar de o STF defender que o parlamentar que patrocinou a emenda enviada pela comissão seja identificado pelo Congresso, a exigência não está expressa na nota conjunta dos três Poderes divulgada após a reunião na última semana.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 27.08.2024 – PÁG. A6

Emendas parlamentares para quem?

Acordo passou longe de responder se projetos satisfazem critérios mínimos de custo-efetividade

Cecilia Machado

O acordo entre os três Poderes para disciplinar aspectos da execução das emendas parlamentares reestabeleceu algum bom senso na discussão sobre essa rubrica do Orçamento. Primeiro, determinou que as emendas devem respeitar critérios de rastreabilidade e transparência. Até aí, nada de novo, pois esses critérios já deveriam estar sendo atendidos.



E, segundo, estabeleceu que deveria haver reavaliação da atual vinculação das emendas à receita corrente líquida (2% para as individuais e 1% para as de bancada). Hoje já se discute a importância da desvinculação dos mínimos em saúde e educação para tornar a execução do Orçamento mais flexível, abrindo espaço para novas demandas sociais. Nada mais justo do que também revisar a regra que determina o valor das emendas. As emendas não correspondem a um gasto essencial e não há motivo para que o seu orçamento esteja vinculado a um percentual específico da receita corrente líquida.

Por mais que avançar nessas duas direções seja desejável, o acordo passou longe de abordar os objetivos e resultados dos projetos que recebem recursos das emendas. A pergunta mais importante não foi respondida: esses projetos satisfazem critérios mínimos de custo-efetividade?

Como escrevi em 2021: "A discricionariedade dos parlamentares na escolha de projetos vem ao custo de uma avaliação mais ampla de alternativas para a aplicação dos recursos, e nesse sentido é falha na identificação de ações prioritárias". Além disso, "os parlamentares priorizam a alocação dos recursos em suas regiões de origem, ainda que os maiores gargalos possam estar em outros municípios".

A avaliação mais sistemática realizada até então —uma auditoria do TCU de 2018— mostrou que as emendas parlamentares de fato apresentam falhas na definição do problema a ser atacado, na análise da melhor maneira de resolvê-lo e no estabelecimento de critérios úteis para determinar se as desigualdades regionais estão sendo reduzidas.

Há problemas também na implementação e na execução dos projetos. No caso de obras, o tempo médio para a execução chega a alcançar 97 meses, pouco mais de oito anos, comprometendo o sucesso do investimento destinado a elas. A percepção de que as emendas parlamentares geram ineficiências e distorcem as decisões políticas para atender a interesses particulares em detrimento do bem-estar da sociedade encontra lastro em diversos estudos na área de economia. Os chamados "pork barrels" —gastos governamentais direcionados a interesses locais e específicos— resultam, em linhas gerais, em um governo muito grande, que escolhe



CLIPPING

DATA

27.08.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

projetos com benefícios menores que seus custos, resultando em baixa provisão de bens públicos e em uma trajetória fiscal de déficit, já que os custos de um endividamento excessivo não são internalizados por políticos que enfrentam o risco de não se reelegerem no futuro.

Assim, as emendas comprometem o uso eficiente dos recursos públicos, e, por mais que sua existência pudesse ser justificada como forma de "lubrificar as engrenagens do Legislativo" para construir coalizões e permitir que projetos com altos benefícios sociais sejam aprovados, sua execução impositiva no Brasil inviabiliza que esse tipo de barganha entre os Poderes possa acontecer. Alguns estudos também são capazes de estabelecer que as emendas melhoram o resultado eleitoral do parlamentar, ampliando ainda mais a vantagem dos incumbentes na competição eleitoral ou então sua relevância política na região de origem.

Se as emendas comprometem o uso eficiente dos recursos públicos e reduzem a competição eleitoral justamente em favor dos parlamentares que as demandam, por que então o acordo permitiu que essa rubrica continue fazendo parte do Orçamento? No atual arranjo político, reduzir o escopo ou mesmo pôr fim às emendas parlamentares parece ser a melhor forma de garantir que os recursos sejam alocados de forma benéfica para o crescimento e o desenvolvimento do país.

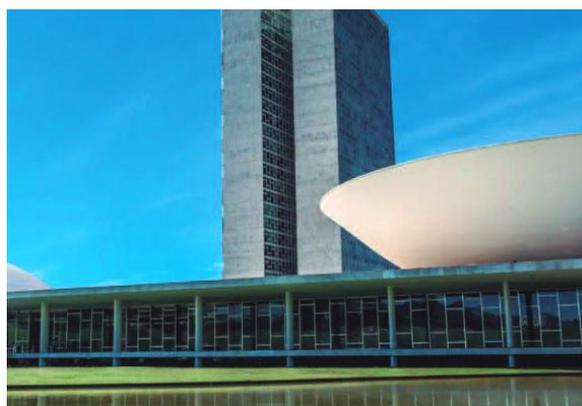
JORNAL – O HOJE – 27.08.2024 – PÁG. 06

Entrelinhas do conflito Judiciário e Legislativo pelas emendas PIX

Governo e Congresso precisam entregar acordo até o dia 30 sobre regras de execução das emendas

Thiago Borges

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de suspender as emendas parlamentares impositivas sem transparência, no dia 14 de agosto, estremeceu as relações entre Legislativo e Judiciário. Dino acatou um pedido do PSOL e suspendeu o pagamento - que é obrigatório para a União, assim como toda emenda impositiva. A justificativa é a ausência de transparência na destinação do dinheiro público, já que para essas emendas - popularmente conhecidas como emendas PIX - os valores são transferidos pelos parlamentares diretamente aos Estados ou municípios. Não existe a obrigatoriedade de nenhuma das partes apresentarem justificativa para o envio do dinheiro. A partir disso, a Câmara dos Deputados começou a devolver na mesma moeda. A maior das retaliações foi quando o presidente da Casa Legislativa, Arthur Lira (PP-AL), desengavetou duas Propostas Emendas à Constituição (PEC) que impactam diretamente a atuação da Corte Federal.



A primeira delas é a PEC 28/2024, de autoria do deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR), que determina situações em que o Congresso detenha o poder de barrar decisões do Supremo. A matéria argumenta que os parlamentares terão tal autoridade quando a decisão da Corte "exorbita do adequado exercício da função jurisdicional e inova o ordenamento jurídico como norma geral e abstrata". Lira também enviou à Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ) a PEC 8/2021, de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). A proposta tem como objetivo limitar as decisões monocráticas - quando tomada por apenas um magistrado - no STF e em outros tribunais superiores. Para além disso, a Comissão Mista Orçamentária do Congresso rejeitou uma medida provisória do presidente Lula, que abriria crédito orçamentário de R\$ 1,3 bilhão ao Poder Judiciário e ao Conselho Nacional do Ministério Público. Os “ataques” do Congresso não fizeram com que o Supremo recuasse. No dia 16 de agosto, em decisão unânime, o Plenário da Corte manteve a liminar de Dino.

Anteriormente a essa decisão, Lira tinha criticado publicamente a suspensão. “Os 513 deputados federais, os 81 senadores vivem os problemas das prestação de serviços de saúde, sabem que as santas casas dos hospitais filantrópicos sobrevivem com apoio indispensável das emendas parlamentares a eles destinadas. Não podem mudar isso num ato monocrático, quaisquer que sejam os argumentos e razões por mais que elas pareçam razoáveis”. Para colocar panos quentes na intriga entre os poderes, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, convidou as partes envolvidas na disputa para um almoço na sede do Supremo, na última semana. O encontro contou com a participação dos onze magistrados que compõem o colegiado do STF, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o advogado-geral da União, Jorge Messias. Em suma, após mais de 3 horas de reunião, foi acordado entre as partes que as “emendas PIX” precisam ser destinadas prioritariamente para obras inacabadas. Já as impositivas de bancada, que o repasse da União é obrigatório, vão para projetos considerados estruturantes, nos estados ao redor do país. Além disso, Governo e Congresso precisam entregar, até o próximo dia 30, o acordo sobre as regras de execução das emendas, conforme o que foi firmado na reunião com o Supremo.

JORNAL – O HOJE – 27.08.2024 – PÁG. 10

STF: audiência inicial para pedir pensão alimentícia dispensa presença de advogado



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou compatível com a Constituição Federal um dispositivo legal que permite a uma pessoa se dirigir pessoalmente ao juiz, sem a presença de advogado, para pedir pensão alimentícia. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 16/8, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 591. Os dispositivos questionados são da Lei 5.478/1968, que trata da ação de alimentos. O Conselho Federal da Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB) argumentava que a dispensa de um advogado na audiência inicial da ação de alimentos seria incompatível com princípios constitucionais como os da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e do direito à defesa técnica.

Para o relator da ação, ministro Cristiano Zanin, a dispensa do advogado no momento inicial da ação busca preservar a própria integridade da pessoa que procura o direito. É, portanto, uma etapa prévia que se justifica

em razão da urgência do pedido. Ele destacou que, depois da primeira audiência, o próprio juiz vai designar um advogado para atuar no processo. Zanin lembrou que o STF tem reconhecido, em situações excepcionais, que a representação por advogado em procedimentos especiais previstos em lei não tem caráter absoluto. Ele citou, por exemplo, a decisão na ADI 1539 que validou a dispensa do advogado nas causas dos Juizados Especiais Cíveis com valor inferior a 20 salários mínimos.

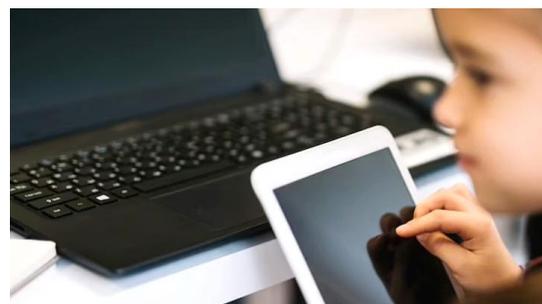
Lobby das armas

Projeto de decreto legislativo que facilita a posse de armas está na pauta do Plenário desta terça-feira (27). O PDL 206/2024, proveniente da Câmara, anula trechos do Decreto 11.615, de 2023, assinado no ano passado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para diminuir a circulação de armas de fogo. Caso aprovado, o projeto segue para promulgação. O texto anula disposições do decreto que regula o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003).

Alerta às crianças

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3484/21, pelo qual as embalagens dos dispositivos eletrônicos com tela digital deverão trazer alertas sobre o uso deles por crianças.

Pela proposta, dispositivos como celulares, computadores, tablets e televisores deverão trazer etiqueta com as seguintes advertências: use com moderação; de 0 a 2 anos de idade: não recomendado; de 2 a 6 anos de idade: tempo máximo de duas horas diárias, com intervalos e supervisão; e de 6 a 12 anos de idade: tempo máximo de seis horas diárias, com intervalos e supervisão.



TRF1 isenta do pagamento de multa motorista que teve o carro clonado

A decisão é da 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) decidiu que a proprietária de um veículo que foi supostamente clonado não tem obrigação de pagar multa de trânsito. O relator, desembargador federal João Carlos Mayer, destacou que constam no processo provas robustas de que a autora, residente na Bahia, não trafegava em trecho da BR-070, em Brasília/DF, na data em que o auto de infração foi lavrado.

STJ: Anvisa não tem competência para restringir propaganda de fármacos

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não tem poder normativo para restringir as ações das empresas em matéria de propaganda comercial de fármacos, especialmente quando seus atos regulamentares contrariam as regras estabelecidas na Lei 9.294/1996 e em outros atos legislativos.



Para o colegiado, embora a agência reguladora tenha sido genericamente autorizada a emitir normas para assegurar o cumprimento de suas funções, no que tange especificamente à propaganda de produtos sob controle sanitário, essa competência é mais limitada, estando definida no artigo 7º, inciso XXVI, da Lei 9.782/1999.

A ministra Regina Helena Costa, relatora, disse que o artigo 220 da Constituição proíbe qualquer forma de censura, mas permite que a legislação federal estabeleça restrições à propaganda comercial de produtos como tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, para proteger a sociedade de danos à saúde ou ao meio ambiente. Segundo a ministra, as limitações à propaganda de remédios estão definidas na Lei 9.294/1996, complementada pelo Decreto 2.018/1996, e têm aplicação imediata, devendo ser respeitadas por todos – o que inclui a administração pública.

5ª Turma do STJ

Conforme o Estatuto da Advocacia, nos casos em que há bloqueio universal do patrimônio do cliente por decisão judicial, o advogado tem direito à liberação de até 20% desse montante para recebimento de honorários. Não cabe ao juiz restringir essa parcela.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 27.08.2024 – PÁG. POLÍTICA

Pablo Marçal sobre Lula: "Quero que ele faça um bom governo"

Candidato à Prefeitura de São Paulo afirmou que é um crítico do presidente Lula, mas que com o fim da campanha eleitoral a provocação com o petista vai acabar

Jaqueline Fonseca / Aline Gouveia

O candidato à prefeitura de São Paulo pelo PRTB, Pablo Marçal disse, em entrevista à Globo News na segunda-feira (26/8), que o momento da campanha eleitoral é como uma guerra e muitos embates podem ser gerados para alcançar a vitória, mas que assim que acaba esse período, a paz volta a reinar. Nesse sentido, Pablo Marçal afirmou que é um crítico do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas que com o fim da campanha eleitoral a provocação com o petista vai acabar. "Quando acaba eleição é bandeira branca, acaba com a guerra. Eu sou crítico do governo Lula, mas vai acabar a eleição eu vou deixar ele em paz. Eu não quero que ele dê errado, eu quero que ele faça um bom governo. E quero que ele aposente, que nem o Biden, quero que ele tenha essa sensibilidade. Depois da eleição é só um idiota que continua a guerra."



Questionado sobre a relação com Bolsonaro e a falta de apoio do principal nome da direita nas eleições, Marçal afirmou que tem respeito pelo ex-presidente e disse que não faz oposição a Bolsonaro. O candidato lembrou que Jair Bolsonaro está inelegível e não pode concorrer a cargos eletivos, por isso, Marçal se coloca

como um nome que representa o espectro político. "A direita não tá rachada. Quando a gente é de verdade a gente briga, é igual família. A direita não tem um dono. [...] Quero que tenha mil Bolsonaros, mil Pablos, mil Nikolas. Só quero servir o povo de São Paulo", pontuou.

Embate com Carlos Bolsonaro

Pablo Marçal também frisou que não possui rugas pessoais com Jair Bolsonaro. Ele afirmou que entre as pessoas próximas do ex-presidente, o único que detém questões é o vereador Carlos Bolsonaro. "É só com o retardado do Carlos Bolsonaro, só tenho problema com ele", destacou o candidato. Segundo ele, o ex-presidente Bolsonaro perdeu as eleições de 2022 por causa do Carlos, mas não especificou os motivos. Na última semana, o vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ) disse que processaria Pablo Marçal (PRTB-SP) após ser chamado de "retardado" pelo candidato à prefeitura de São Paulo. O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) também afirmou pode apoiar Marçal em um eventual segundo turno nas eleições municipais, desde que a disputa seja contra o deputado federal Guilherme Boulos (Psol-SP), a quem chamou de "soldado do Lula".

Suspensão de perfis

Sobre a suspensão dos perfis nas redes sociais por determinação da Justiça Eleitoral, Marçal disse que respeita a decisão judicial. "Respeito a decisão do juiz porque estão lidando agora, pela primeira vez, com quem entende de rede social", afirmou. A determinação da suspensão dos perfis ocorreu devido ao método usado pela equipe de Pablo Marçal para a propagação de vídeos com cortes nas redes sociais. A campanha da deputada federal e candidata à prefeita Tabata Amaral (PSB) afirmou que o candidato do PRTB desenvolve uma "estratégia de cooptação de colaboradores para disseminação de seus conteúdos em redes sociais".

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 27.08.2024 – PÁG. ECONOMIA

Greve dos servidores do Tesouro Nacional pode atrasar Orçamento de 2025

Movimento paredista coincide com a semana decisiva para a elaboração do projeto de receitas e despesas do governo

Rosana Hessel



Servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União (CGU) vão parar as suas atividades hoje e amanhã. A greve é uma resposta à proposta de reajuste salarial apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na última sexta-feira. Ontem, eles já intensificaram a operação padrão, o que ocorre na reta final para o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025. A peça orçamentária precisa ser enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional até o dia 31 deste mês.



CLIPPING

DATA

27.08.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Por enquanto, um dos efeitos dessa operação padrão mais intensa, que deve prosseguir após a assembleia marcada para amanhã, será o atraso na divulgação dos relatórios do Tesouro Nacional, que estavam previstos para esta semana, como os dados da dívida pública e do resultado fiscal do governo central, agendados para esta semana. Fontes, contudo, não confirmaram se os cálculos orçamentários que costumam ser feitos pelos técnicos do órgão vão atrasar o Ploa. A entrega e a divulgação do Orçamento de 2025 estão previstas para a próxima sexta-feira e, por enquanto, o cronograma não foi alterado.

Contudo, de acordo com o presidente da Unacom Sindical, Rudinei Marques, a deliberação, agora, é operação padrão máxima e greve intermitente. "O Tesouro Nacional vai atrasar o máximo possível o Ploa, mas o governo vai pressionar. Vamos ver no que dá", informou o sindicalista ao Correio. Segundo ele, haverá mobilização dos servidores do Tesouro e da CGU durante toda a semana. E, nos dias 27 e 28, o comando orienta a interrupção das atividades, sendo que, no dia 27, deverá ser registrada "greve" nos sistemas eletrônicos e, no dia 28, será realizada a assembleia.

Assembleia

A Unacon Sindical, entidade que reúne os servidores das carreiras de Finanças e Controle da Administração Federal, realizou assembleia geral, na última sexta-feira, e encaminhou uma carta ao secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, recusando a proposta final da pasta. A assembleia deliberou pela intensificação da mobilização, que envolve entrega de cargos, operação padrão máxima e até greve. Participaram da assembleia 2.776 servidores e, desse total, 1.303 votaram pela aceitação e 1.462, pela rejeição da proposta do Ministério da Gestão. Houve 11 abstenções. De acordo com o presidente da entidade, a negociação com o MGI tem sido bastante difícil. "Pelo documento que encaminhamos para eles, a partir da assembleia, destacamos o tratamento desrespeitoso do secretário. Eles nos receberam em janeiro e, seis meses depois, deram uma devolutiva e disseram que era a proposta final, cheio de ameaças, sem possibilidade de negociação", lamentou Marques.

Na avaliação do sindicalista, muitas categorias se submeteram aos acordos diante do ultimato que foi dado pelo ministério para eles não ficarem sem nada de reajuste em 2025 e em 2026. "Temos plena consciência da importância das nossas atribuições e não vamos deixar um secretário desqualificado exigir que se submeta a uma avaliação tosca da realidade", afirmou. A carta da Unacon Sindical encaminhada ao MGI destacou ainda que as pautas históricas da carreira, como a exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFC) foram ignoradas "com motivos que atestam desconhecimento dessa Secretaria das atribuições e complexidade do cargo, e representam o descumprimento do Termo de Acordo nº 25, firmado em 22/12/2015 entre este Sindicato e a União". Além disso, o documento informou que houve "imposição do alongamento das tabelas da carreira de 13 para 20 níveis" e "da falta de uma discussão mais profunda sobre assimetrias remuneratórias entre a Carreira de Finanças e Controle, que atua em áreas estratégicas e essenciais ao Estado brasileiro e tem um papel fundamental na melhoria da qualidade do gasto público e no combate à corrupção, e outras de igual complexidade".

Proposta do MGI

Procurado, o MGI informou que as entidades representativas dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle "participaram da mesa de negociação temporária e específica do chamado Ciclo de Gestão, na

qual todas as demais carreiras já assinaram acordo com o governo". Desde julho, a pasta vem negociando com os servidores um acordo de reajuste escalonado entre 2025 e 2026 a fim de incluir alguma previsão no Ploa. As categorias que não fecharem os acordos não terão reajuste salarial no ano que vem. De acordo com a pasta, "pela proposta, o ganho acumulado aos servidores varia de 19,49% a 23% para o período de 2025 a 2026". "O governo comunicou a todas as categorias que ainda avaliam as propostas de reestruturação remuneratória que podem ficar de fora da previsão para reajuste das carreiras em 2025, dada a urgência de envio ao Congresso Nacional dos projetos de lei em consonância com o Ploa, que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto", complementou a nota do MGI.

Novos acordos

O MGI informou ainda que assinou, ontem, o acordo com os servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), concluindo 40 acordos com as categorias da Administração Federal. Outras categorias, como as do Instituto Nacional do Seguro social (INSS), ainda não foram fechadas e, de acordo com o órgão, até amanhã, serão firmados acordos com outros dois órgãos: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 27.08.2024 – PÁG. OPINIÃO

Os novos democratas

Kamala já partiu para a narrativa eleitoral nacional, sem a radicalização inerente às prévias, quando o candidato do partido tem que apelar aos seus membros mais ativistas e radicais para obter a indicação

Michael López Stewart

O político em campanha busca uma marca, um branding que o diferencie de seus oponentes na corrida eleitoral. Com isso em mente, em 1992, o governador do estado de Arkansas, Bill Clinton, nas prévias do Partido Democrata, se apresentou como "um tipo diferente de democrata". O uso dessa frase, que evoluiu para "novo democrata", demonstrava que o branding preexistente do partido, a sua identidade ampla, havia se tornado mais um passivo eleitoral do que um ativo. Clinton buscava se diferenciar de políticos como George McGovern, Walter Mondale e Michael Dukakis ao se apresentar como um candidato diferente, um candidato que estava mais ao centro e mais conectado aos valores dos eleitores brancos de classe média que haviam abandonado o partido na década de 1980.



Liderados por Clinton, os novos democratas adotaram uma nova linguagem de responsabilidade pessoal, de liberdade de escolha e de igualdade de oportunidade. O Partido Republicano estava em seu auge em meio ao boom econômico da década de 1980 e o fim da Guerra



CLIPPING

DATA

27.08.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Fria. Foi nesse contexto que o Partido Democrata se reinventou. Bill Clinton e os novos democratas trabalharam para implementar um novo branding de moderação, uma mistura de conservadorismo fiscal e empatia moral. Era uma alternativa ao extremismo ideológico da época, em que uma massa de eleitores se sentia desconfortável com os dois polos. Os paralelos com o atual momento são evidentes.

A mudança de Biden para Kamala permitiu ao partido fazer uma espécie de recomeço. No início de agosto, em uma de suas primeiras grandes compras de publicidade eleitoral, a campanha de Kamala investiu milhões de dólares para veicular propagandas em estados da fronteira sul. A mensagem central da peça: Kamala Harris, como procuradora do estado da Califórnia, trabalhou para fechar a fronteira, acabar com o crime organizado e condenar os cartéis que controlam o tráfico de drogas. A propaganda ainda acrescenta que Kamala, enquanto senadora, apresentou o projeto de lei mais duro e ambicioso em relação à fronteira das últimas décadas.

A campanha entendeu que a fronteira é um ponto fraco eleitoral e foi ao ataque em vez de utilizar a linguagem política de inclusão e acolhimento. Essa estratégia ofensiva foi reforçada pelo discurso do ex-presidente Barack Obama, que disse que, na verdade, foi Donald Trump, ex-presidente e hoje candidato do Partido Republicano, que mandou engavetar uma proposta bipartidária no Congresso americano que ajudaria a solucionar o tema da fronteira. Essa foi só uma das mudanças de postura. Em seu discurso, Kamala conseguiu apresentar-se de forma eficaz ao eleitorado americano. Ela não apresentou um programa de governo detalhado, mas trouxe um arcabouço moral imbuído de patriotismo que é, talvez, a maior mudança em termos de narrativa eleitoral dessa campanha. Se o propósito do partido opositor é fazer com que a América seja grande novamente (traduzindo aqui o slogan político de Trump), a mensagem de Kamala é que a América já é grande.

Kamala, em seu discurso, disse que as forças armadas americanas têm que ser as forças mais letais do mundo. Ela falou sobre enfrentar ditadores, fortalecer as fronteiras, focar na classe média. Foi um discurso moderado, direcionado aos eleitores que ainda estão em jogo. Uma das mensagens mais fortes: "América, vamos mostrar a nós mesmos e ao mundo quem somos e o que defendemos: liberdade, oportunidade, compaixão, dignidade, justiça e possibilidades sem fim". As narrativas mais esquerdistas, presentes em sua retórica antes de se tornar candidata, como a equidade e igualdade de resultado, não apareceram na convenção. Obama e Clinton tampouco falaram de equidade.

Aliás, é interessante observar o que mais não foi dito. A linguagem mais radical sobre o direito ao aborto não esteve presente. Os direitos das mulheres e os direitos reprodutivos foram apresentados em narrativas positivas, de casais que gostariam de ter filhos, uma narrativa eleitoral mais astuta. Outro exemplo foi a ausência de qualquer menção ao Defund The Police, uma das principais pautas da eleição de 2020, nascida no caos pandêmico do assassinato de George Floyd. Derrotas recentes de membros mais progressistas do partido contribuíram para a viabilidade desse ajuste estratégico. Rep. Jamal Bowman (D-NY), crítico feroz da atuação de Israel, não se reelegeu. A Rep. Cori Bush, democrata do Missouri e membra do "Squad", grupo progressista da Câmara americana, tampouco se reelegeu. A candidata ao Senado pela Califórnia, Katie Porter, vocífera crítica dos moderados do próprio partido, também sofreu uma retumbante derrota.

Esse pragmatismo radical só foi possível pelas circunstâncias únicas dessa candidatura. O Partido Democrata não fez prévias, que tendem a radicalizar o debate, já que o candidato do partido tem que apelar aos seus membros mais ativistas e radicais para obter a indicação. Como isso não ocorreu, Kamala já partiu para a

narrativa eleitoral nacional, sem a radicalização inerente às prévias. Se a política é a arte do possível, essa Convenção mostrou que o Partido Democrata está direcionando todas as suas forças no alvo do possível. O objetivo, agora, é trazer um apelo amplo, mesmo que represente uma quebra com a tradicional e histórica insistência em coerência programática. O que é possível, hoje, é um arcabouço moral imbuído de patriotismo arquitetado para máxima eficácia eleitoral.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 27.08.2024 – PÁG. E1

Casos de assédio eleitoral no ambiente de trabalho devem disparar neste ano

Ministério Público recebeu, até julho, 89 denúncias sobre o assunto

Fernando Teixeira



O número de processos por assédio eleitoral no ambiente de trabalho pode disparar este ano. O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu, até julho, 89 denúncias sobre o assunto. Até o mesmo mês de 2022, ano das eleições presidenciais, foram registradas apenas duas. Como o volume avança à medida que as eleições se aproximam, o recorde de 2022, de 3,2 mil denúncias, poderá ser batido. Em 2022, o MPT publicou relatório contando 68 denúncias de assédio eleitoral até 3 de outubro, 2,6 mil até 29 de outubro e só na antevéspera do segundo turno, dia 28 daquele mês, foram registradas 265 denúncias. O balanço anual chegou a 1,4 mil recomendações expedidas a empresas, 80 ações civis públicas ajuizadas e 487 termos de ajuste de conduta realizados.

Para as eleições deste ano, algumas novidades podem incentivar denúncias. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) publicou em abril do ano passado a Resolução nº 355, que obrigou a abertura de canais de denúncia pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e comunicação dos casos à cúpula da Justiça do Trabalho. E em abril deste ano, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) editou a Recomendação nº 110, que orienta a categoria a processar casos de assédio eleitoral trabalhista. “Não é um fenômeno novo, existe desde os tempos do coronelismo, do voto de cabresto. A diferença é que antes o tema era tratado na Justiça Eleitoral e agora chegou à Justiça do Trabalho”, diz a procuradora do trabalho Adriana Cutrim. Ela conta que o tema entrou em evidência com as redes sociais. São comuns, afirma, vídeos mostrando empregados reunidos na empresa para atos políticos promovidos pelo empregador.

A definição da prática está no artigo 2º da Resolução nº 355, de 2023, do CSJT. De acordo com o dispositivo, “considera-se assédio eleitoral toda forma de distinção, exclusão ou preferência fundada em convicção ou opinião política no âmbito das relações de trabalho, inclusive no processo de admissão”. Relator do “leading case” sobre o tema no Tribunal Superior do Trabalho (TST), o caso da varejista Havan (processo nº 195-85.2020.5.12.00 46), o ministro Alberto Balazeiro avalia que a diferença hoje é que o combate ao assédio eleitoral foi “institucionalizado” e incorporado pela Justiça. A prática passou a ser vista como um tema de relevância, como já ocorreu no passado em relação ao racismo e à igualdade de gênero.



CLIPPING

DATA

27.08.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

“A Justiça do Trabalho tomou ciência da gravidade do problema”, afirma Balazeiro. “Em relações de poder, há risco de influência indevida”, acrescenta. Do ponto de vista do empregador, o importante é perceber que, quando há relações hierárquicas, o tema da política deve ser tratado com parcimônia. “Existe uma relação de dependência econômica.”

No precedente do caso da varejista Havan, julgado pela 3ª Turma do TST este ano, o assédio eleitoral foi definido e tratado como modalidade de assédio moral. “A figura do assédio eleitoral no ambiente de trabalho pode ser definida como o abuso de poder patronal, por meio de coação, intimidação, ameaça ou constrangimento, com o objetivo de influenciar ou mesmo impedir o voto dos trabalhadores”, diz o acórdão. Do lado das empresas, há maior preocupação em evitar que encarregados causem prejuízos gerando indenizações trabalhistas e crises de imagem. A busca por consultorias específicas para tratamento do assédio eleitoral em compliance trabalhista disparou em 2022. Este ano, a expectativa é que o tema volte a ter maior atenção.

“Não é um fenômeno novo, existe desde os tempos do coronelismo” — Adriana Cutrim

A advogada Mariana Rabelo, sócia do Ubaldo Rabelo Advogados, conta que em 2022 foi contratada por uma grande indústria para fazer treinamentos e consultoria de prevenção ao assédio eleitoral no ambiente de trabalho. “A relevância do tema entrou na pauta do Judiciário. A Justiça olha de um lado a igualdade de oportunidades do candidato, e de outro lado, a liberdade de escolha do cidadão”, afirma. O ponto, diz a advogada, é identificar qual tipo de conduta do empregador viola garantias dos empregados. O que a Justiça tem entendido é que mesmo pressões indiretas, como declarações de que a empresa “vai fechar”, entrar em crise ou demitir se determinado candidato for eleito, podem ser vistas como assédio eleitoral. “Não é preciso haver uma coação direta a um determinado empregado.”

Comentários impositivos, brincadeiras e piadas podem ser classificados como assédio eleitoral no ambiente de trabalho, principalmente quando vindos de gestores, alerta Matheus Quintiliano, coordenador da área trabalhista do Velloza Advogados. A prevenção, afirma, inclui cursos, orientações e medidas punitivas e protetivas - como canal de denúncias. “As políticas devem ser claras ao conceituar o assédio eleitoral e prever que a prática de tais atos, além de ensejar uma responsabilidade cível e criminal ao autor, podem causar a aplicação de medidas punitivas, desde advertências, suspensões até a demissão por justa causa”, diz Quintiliano.

Líbia Alvarenga de Oliveira, sócia da área trabalhista do Innocenti Advogados, afirma que as consultas sobre o tema começaram em 2022 não só de empresas, como de sindicatos, pegos de surpresa com a disparada nas denúncias de assédio por associados. Do ponto de vista das empresas, acrescenta a advogada, o importante é investigar a atuação dos encarregados, conscientizar e tomar providências formais, como a assinatura de termos de compromisso. “Geralmente o assédio eleitoral é fácil de identificar, nunca é uma conduta velada. Conversas, ‘lives’, vídeos exibidos no horário de trabalho, ameaças, obrigar a usar roupa ou adereço do candidato e até pedir prova de voto”, exemplifica Líbia. Entre os juízes do trabalho o tema também é mais conhecido, avalia Ney Maranhão, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) e diretor da Academia Brasileira do Direito do Trabalho (ABDT). “Na relação de emprego é um tema que sempre existiu, mas a polarização e a conscientização canalizaram as demandas para a Justiça e fizeram o tema fervilhar”, diz.

Tribunais condenam empregadores a pagarem indenizações

Mesmo pressões indiretas são consideradas práticas assediadoras e podem resultar em condenações

Fernando Teixeira

Precedentes sobre assédio eleitoral se acumulam nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Indicam tendências do Judiciário que servem de alerta a empregadores. Mesmo pressões indiretas são consideradas práticas assediadoras e podem resultar em condenações ao pagamento de indenização. Pesquisa da Juit, empresa de jurimetria, encontrou 12 decisões sobre “assédio eleitoral” no TST, com as primeiras menções ao tema aparecendo só no ano de 2016. O assunto se tornou comum a partir de 2022.

Um dos casos mais recentes envolve uma fabricante de produtos de limpeza. Foi decidido pelo Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP) - 15ª Região. A empresa foi condenada a se abster de realizar propaganda eleitoral, consistente na transmissão de “lives”, sob pena de multa de R\$ 100 mil (processo 0011042-18.2023.5.15.0060). O entendimento dos desembargadores do TRT-15 foi o de que é vedada a entrada de “profissionais da propaganda política” em ambiente de trabalho, mesmo para realizar transmissões de vídeo, as chamadas “lives”. Para eles, cabe à Justiça trabalhista “preservar o ambiente de trabalho da incursão de disseminadores profissionais de propaganda política de determinado candidato, ainda que por meio de lives acessíveis pela internet ou pela via digital”.



Outro caso julgado envolve uma fabricante de concreto condenada a pagar indenização de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos pela 72ª Vara do Trabalho de São Paulo. Na decisão, a juíza levou em conta depoimentos sobre distribuição de “santinhos”, ameaças de demissão e pressão para gravar vídeos de apoio para as redes sociais (processo nº 1001495-92.2022.5.02.0072). No TRT do Rio Grande do Sul, uma decisão da 8ª Turma firmou a posição de que obrigar funcionários a usar camiseta associada a certo candidato é assédio eleitoral. “A obrigatoriedade de uso de camiseta de cor sabidamente associada a partido político, quatro dias antes do segundo turno das eleições presidenciais, configura assédio eleitoral” (processo nº 0020207-29.2023.5.04.0373).

Em julgamento no TRT do Paraná, os desembargadores analisaram ameaças de corte de “gorjetas”, demissões e previsões sobre a economia. “O objetivo era induzir a vítima a votar em determinado candidato à presidência. Ao transmitir ‘o recado principal’ de que, se o candidato à presidência adversário ganhasse, teria ‘medo do que vai acontecer nesta economia’ (...), o réu deliberadamente condicionou a manutenção do emprego ao voto” (processo nº 0000174-04.2023.5.09.0656). Segundo o advogado Thiago Cremasco, do escritório Cremasco Advogados, o que os precedentes dos tribunais trabalhistas têm demonstrado é a consolidação do entendimento de que diversas práticas eleitorais configuram abuso de poder econômico no ambiente de trabalho. O problema é comprovar.

“Na prática das discussões levadas ao Poder Judiciário, a principal questão não é o fundamento jurídico para a proteção dos direitos pleiteados, mas a prova da violação do direito”, diz o advogado. A jurisprudência dos tribunais, acrescenta Cremasco, se rende ao entendimento de que cabe ao autor a prova do fato, não havendo nenhuma presunção ou inversão de prova em favor do trabalhador. A recomendação dele é que os trabalhadores juntem provas de todo tipo, reunindo testemunhas, fazendo gravações, mesmo que unilaterais, e guardando mensagens. Outra mudança relevante é os empregados entenderem o que é assédio eleitoral. Cremasco lembra que, anos atrás, um trabalhador bateu na porta do escritório para exigir verbas trabalhistas do ex-empregador. Entre elas estava um bônus prometido pelo patrão, caso certo vereador fosse eleito. O trabalhador não reclamou da tentativa de compra de voto, só pedia o bônus.

STF paralisa análise sobre benefício do INSS e ITCMD

Julgamentos da revisão da vida toda e tributação de PGBL e VGBL foram interrompidos, respectivamente, por pedido de destaque e de vista

Laura Ignacio /Arthur Rosa



O Supremo Tribunal Federal (STF) interrompeu ontem dois importantes julgamentos: um envolve a “revisão da vida toda” e o outro a incidência do ITCMD sobre os planos de previdência privada VGBL e PGBL em caso de morte do titular. O primeiro por pedido de destaque do ministro Alexandre de Moraes e o segundo após pedido de vista de Gilmar Mendes. Ambas as análises aconteciam no Plenário Virtual. O julgamento sobre o cálculo das aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terá que começar do zero no plenário físico. Já a votação relativa à incidência do ITCMD sobre os planos de previdência privada deverá continuar em até 90 dias úteis, que é o prazo para a volta de um processo à pauta após apresentação de pedido de vista.

Em março, o Supremo derrubou a possibilidade de aplicação da “revisão da vida toda” nas aposentadorias, por considerar a regra de transição da reforma da Previdência do governo de Fernando Henrique Cardoso obrigatória e não opcional. Essa regra de transição, da Lei nº 9.876, de 1999, limitou a quem já contribuía à Previdência Social incluir os salários pagos a partir do ano de 1994 no cálculo do benefício. Agora, recursos de embargos de declaração tentam mudar o efeito da decisão, beneficiando os aposentados.

Neste processo, os ministros Nunes Marques (relator), Cristiano Zanin, Flávio Dino e Cármen Lúcia já haviam votado pela manutenção do julgamento (ADI 5.704 ED e ADI 6.317 ED). No plenário físico, porém, eles podem mudar o voto e os demais ministros da Corte também votarão, com debates. “Com o destaque, não há previsão de quando o novo julgamento deve ocorrer, mas o cenário que estava se formando era negativo para os aposentados, então a retirada da sessão está sendo bem vista por eles”, afirma Cristiane Matsumoto, especialista em direito previdenciário do Pinheiro Neto Advogados. Se a revisão da vida toda fosse aceita pelo STF, a União estimava um custo potencial de R\$ 480 bilhões, conforme a Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) deste ano. Para o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), porém, esse valor seria de R\$ 1,5 bilhão.

Já no processo sobre o ITCMD, não há estimativa de custo. O placar está em três votos contra a tributação, apresentados pelo relator, Dias Toffoli, e pelos ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino (RE 1363013). Toffoli votou contra a tributação dos planos. O argumento central é que o VGBl e o PGBL, na transmissão a herdeiros, passam a funcionar como verdadeiro seguro de vida. Nesse caso, diz Toffoli, deveria ser aplicado o artigo 794 do Código Civil. O dispositivo estabelece que “no seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito”.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 27.08.2024 – PÁG. E2

O poder feminino na advocacia brasileira

A questão hoje não é mais se as meninas precisam do mesmo nível de ensino dos meninos, mas das mesmas oportunidades

Ana Tereza Basilio

“A questão é se as meninas precisam de igual grau de ensino que os meninos. Tal não creio. Para elas, acho suficiente a nossa antiga regra: ler, escrever e contar. Não sejamos excêntricos e singulares. Deus deu barbas ao homem, não à mulher”. A fala do senador Visconde de Cairu, registrada nos arquivos do Senado, em Brasília, ocorreu durante os debates acerca da Lei Geral, a primeira legislação educacional brasileira, sancionada por Dom Pedro I no dia 15 de outubro de 1827. Mesmo diante de argumentos machistas, compartilhados por outros senadores, o dispositivo legal trouxe um avanço muito importante para as mulheres: estabeleceu a criação de escolas para meninas.



O acesso ao ensino superior só viria 52 anos mais tarde, em 1879, com matrícula feita pelo pai ou marido. Felizmente, 145 anos depois, muita coisa mudou. Hoje, nas faculdades do Brasil, as mulheres já representam 58% dos mais de 9 milhões de estudantes, segundo o Censo da Educação Superior. Na advocacia, profissão dominada por homens durante muito tempo, a maioria também é feminina. Segundo o 1º Estudo Demográfico da Advocacia Brasileira (Perfil ADV), realizado pela Fundação Getúlio Vargas, as mulheres são 50,4% dos cerca de 1,5 milhão de advogados de todo o país.

Os números mostram uma tendência de aumento impressionante da participação feminina entre os profissionais do Direito. Na faixa etária de 21 a 23 anos, a proporção delas sobe para 61%. No Rio de Janeiro, a presença da mulher advogada mais que triplicou em 50 anos. Entre aqueles com mais de 55 anos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), as mulheres representam 18%. Já na fatia dos mais jovens, com até 5 anos de inscrição, as advogadas já são 58%. Ou seja, a advocacia é uma profissão



CLIPPING

DATA
27.08.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
25 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

cada vez mais feminina. No caso do Rio, a situação se reflete até no Poder Judiciário. O Tribunal de Justiça do Estado é o que apresenta a maior proporção de mulheres entre magistrados (48%) de todo o Brasil.

Os tempos do Brasil Império ficaram para trás. O papel da mulher na sociedade mudou. A conquista de direitos, o acesso ao ensino superior, a maior participação no mercado de trabalho são vitórias importantíssimas. As mudanças, no entanto, não puseram fim a muitas barreiras que precisam ser superadas. A pesquisa Perfil ADV demonstra que as mulheres ainda acumulam a maior parte dos cuidados com outros membros da família e com os afazeres domésticos. Entre elas, a participação de mães solo é de 26%, ou seja, uma a cada quatro advogadas. Entre os responsáveis homens, esse percentual é de apenas 8%. Elas também são maioria entre aqueles que optam pelo home office (46%). Entre os homens, o percentual é menor (39%).

A discrepância salarial entre homens e mulheres é outro problema. O 1º Relatório de Transparência Salarial, divulgado pelo governo federal este ano, revela que, no Brasil, as mulheres ganham 19% a menos do que os homens. Na advocacia, a presença delas é maior nas menores faixas de rendimento. No grupo dos homens, por exemplo, 27% recebem até dois salários mínimos mensais. Entre as mulheres, esse percentual sobe para 41%. A situação se inverte nas maiores faixas de renda. Entre os profissionais que recebem mais de 10 e até 20 salários mínimos, a participação deles é de 10%, enquanto a delas fica em 5%. Acima de 20 salários, eles ocupam uma faixa de 8% e elas, de apenas 3%.

O machismo observado no discurso do Visconde de Cairu há quase 200 anos ainda permanece vivo e se manifesta por meio da discriminação e do assédio, mesmo quando as vítimas conhecem as leis e os seus direitos. Levantamento feito pelo Datafolha apontou que um terço das advogadas diz já ter sofrido assédio sexual em ambientes de trabalho. A discriminação de gênero também é realidade para 35% das profissionais brasileiras. São situações inadmissíveis, que precisam ser enfrentadas todos os dias pela sociedade. Nesse aspecto, a advocacia tem dado bons exemplos. A Lei Federal nº 14.612/23 alterou o estatuto e incluiu o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da OAB. Já a Lei nº 13.363/16 (Lei Julia Matos) estabeleceu direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz, como preferência na ordem das sustentações orais e das audiências. Por mais igualdade, o Conselho Federal da OAB definiu, desde 2021, a paridade de gênero (50%) nas eleições da Ordem.

Na seccional Rio de Janeiro, nada é feito sem a participação da advocacia feminina. A ocupação dos espaços de poder se faz presente na diretoria, nos conselhos, comissões, subseções e em todas as áreas onde são tomadas as principais decisões da Ordem. A OAB-RJ foi pioneira, por exemplo, na criação de uma Diretoria de Mulheres, além de contar com a Comissão OAB Mulher e com a Ouvidoria da Mulher, que, recentemente, inaugurou uma sala de atendimento na sede da Ordem. Nós, mulheres, somos maioria da população e da advocacia no Rio de Janeiro e no Brasil. O que precisamos é ter maior relevância, maior participação nas decisões importantes do nosso país e da nossa entidade de classe. Temos que ser mais de 17% dentro da Câmara dos Deputados e presidirmos mais que cinco das 27 seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. Já provamos que o “ler, escrever e contar” do século retrasado não é mais suficiente. Precisamos acreditar mais em nós mesmas e entender que temos uma força muito maior do que imaginamos. Afinal, a questão hoje não é mais se as meninas precisam do mesmo nível de ensino dos meninos, mas das mesmas oportunidades.



CLIPPING

DATA

27.08.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

26 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 27 de Agosto – Dia do Psicólogo

O Dia do Psicólogo é comemorado anualmente em 27 de agosto no Brasil. Esta data celebra o profissional da área da saúde responsável por estudar e orientar o comportamento humano, lidando com os sentimentos, traumas, crises, entre outras condições. Para exercer a função de psicólogo, o profissional deve ter concluído o curso de ensino superior em psicologia numa instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Origem do Dia do Psicólogo

No Brasil, o Dia do Psicólogo é comemorado em 27 de agosto porque nesse dia, em 1962, o presidente João Goulart sancionou a Lei nº 4.119, que dispõe sobre a profissão de psicólogo. Entretanto, o decreto com a regulamentação da lei só foi publicado dois anos mais tarde, em 21 de janeiro de 1964, sob o nº 53.464. A orientação e fiscalização do exercício da atividade está a cargo do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, criados pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971.

Importância e Símbolo e da Psicologia

O Brasil possui cerca de 18 milhões de pessoas ansiosas e 12 milhões de pessoas depressivas, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). A ansiedade e a depressão são condições que, na ausência de tratamento psicológico, facilmente podem se tornar debilitantes e causar infelicidade aos indivíduos. Ao contrário do que é disseminado através de crenças populares, dificilmente é possível curar essas condições sem ajuda. O tratamento com o psicólogo é fundamental para o tratamento eficaz desses e outros transtornos.

Por outro lado, no último ano, devido à pandemia de coronavírus e ao isolamento social, a busca por atendimento psicológico cresceu cerca de 86% no Google, de acordo com o próprio site de buscas. A terapia online, sobretudo, passou a ser vista por milhares de brasileiros como uma opção viável de acompanhamento psicológico. Até outubro de 2020, aproximadamente 70% dos países já haviam adotado práticas de “teleterapia” para contornar a interrupção súbita dos atendimentos presenciais, também segundo a OMS. Esses dados evidenciam uma série de fatores, como o desejo de cuidar da saúde mental para ter uma vida mais feliz, a possível redução de estigmas associados à terapia e a compreensão da sua importância para o bem-estar emocional. Para os psicólogos, essa é uma ótima notícia! Afinal, nem sempre a terapia é vista como eficaz, necessária ou coisa de “gente normal”. Então, é muito bom que o interesse das pessoas pelo autocuidado esteja aumentando, pois é importante cuidar de você em todas as fases da vida!



A psicologia é representada pelo símbolo do tridente, que possui relação com a letra *psi* do alfabeto grego. Existem diversas interpretações para esse símbolo. Segundo Sigmund Freud (idealizador da psicanálise), cada extremidade do tridente representa um aspecto da psique humana, sendo o inconsciente (id), pré-consciente (ego) e consciente (super ego).